ISSN 1982-3541
Belo Horizonte-MG
2008, Vol. X, nº 1, 1-13

Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva

Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical

A proposal of definition of behavior in radical behaviorism

Carlos Eduardo Lopes[1]
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Paranaíba

Resumo

O objetivo deste ensaio é construir uma definição de comportamento no Behaviorismo Radical. Defende-se que tal definição de comportamento deve levar em consideração (1) os compromissos filosóficos do Behaviorismo Radical, (2) o aspecto dinâmico do comportamento, e (3) a articulação entre eventos, estados e processos. Partindo de uma interpretação relacional do Behaviorismo Radical, o presente ensaio defende que o comportamento pode ser entendido como uma relação organismo-ambiente, cuja dinâmica é uma coordenação sensório-motora. Como resultado dessa dinâmica, temos um fluxo comportamental que pode ser analisado em termos de uma relação de interdependência entre eventos ambientais, eventos comportamentais, estados comportamentais e processos comportamentais.

Palavras-chave: Behaviorismo radical, Análise do comportamento, Interpretação relacional, Conceito de comportamento.

Abstract

The purpose of this essay is to elaborate a definition of behavior in Radical Behaviorism. It is argued that a definition of behavior would take into account (1) the philosophical grounding of Radical Behaviorism, (2) the behavior's dynamic, and (3) the relation among events, states, and process. Starting from the relational interpretation, this essay defends that behavior can be concept as a relation organism-environment, whose dynamic is a sensory-motor co-ordination. As this dynamic result, we have a behavioral stream, which can be analyzed in terms of an interdependence relation among environmental events, behavioral events, behavioral states, and behavioral process.

Keywords: Radical behaviorism; Behavior analysis; Relational interpretation; Concept of behavior.

1Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – campus de Paranaíba (UFMS/CPAR). E-mail: caelopes@terra.com.br

A princípio, a pergunta pela definição de comportamento pode parecer desnecessária ou mesmo descabida. O próprio Skinner (1953, 1974) nos diz que as pessoas estão sempre próximas do comportamento (nem que seja apenas do seu), o que nos dá uma certa intimidade com o assunto. No entanto, se, a despeito dessa intimidade, insistirmos na pergunta nos depararemos com uma situação parecida com a descrita por Santo Agostinho (397-398/1980) em relação ao tempo: "O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei" (p. 218). Da mesma forma, nossa certeza em relação ao comportamento acaba quando somos solicitados a formular uma definição.

A dificuldade de formular uma definição de comportamento também encontra ecos no Behaviorismo Radical. Embora seja consenso que o Behaviorismo Radical entende o comportamento da maneira distinta da concepção clássica do Behaviorismo watsoniano, uma definição inteiramente negativa – não é a definição dada por Watson – não ajuda muito. Além disso, quando se procura por tal definição no interior dos textos skinnerianos, recaímos em dificuldades como, por exemplo, distinguir comportamento de contingência, ou comportamento de resposta.

Dificuldade suplementar surge quando nos deparamos com afirmações no mínimo intrigantes acerca do comportamento, como: "Desde que [o comportamento] é um processo e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. Ele é mutável, fluido e evanescente" (Skinner, 1953, p. 15). Afinal, como conciliar, no conceito de comportamento, essa fluidez com os objetivos de um estudo científico?

Por fim, o estabelecimento de uma definição de comportamento adequada ao Behaviorismo Radical deve contemplar seus compromissos filosóficos. Mas, afinal, quais são esses compromissos? Há interpretações mecanicistas (Overton, 1984), fisicalistas (Creel, 1980), materialistas (Flanagan Jr., 1980), contextualistas (Morris, 1988, 1993), pragmatistas (Abib, 2001; Malone, 2004), o que, dificilmente, permite falarmos de *uma* definição de comportamento.

Portanto, embora a definição de comportamento no Behaviorismo Radical pareça, em um primeiro momento, um assunto banal, um exame um pouco mais cuidadoso revela que se trata de um tema complexo (Kitchener, 1977). Essa constatação é corroborada pela diversidade de propostas de definições de comportamento que pode ser encontrada na literatura especializada (Abib, 2004; Burgos, 2004; de Rose, 1997; Hayes & Hayes, 1992; Ribes-Iñesta, 2004; Todorov, 1989; Tourinho, 2006). No entanto, a despeito dessa diversidade de propostas, as dificuldades apontadas anteriormente, geralmente, não são integralmente levadas em consideração. É justamente nesta preocupação que se insere o presente ensaio: esboçar uma definição de comportamento no Behaviorismo Radical tendo no horizonte as dificuldades mencionadas acima e a coerência com certos pressupostos filosóficos.

Uma nota sobre a interpretação

Considerando a pluralidade de interpretações dos compromissos filosóficos do Behaviorismo Radical, anteriormente mencionada, é natural que nos perguntemos sobre a verdadeira interpretação. Ou seja, parece não haver problema em aceitar uma pluralidade interpretativa, desde que dela possamos extrair *a* verdadeira interpretação. Afinal, é preciso aprimorar nossas interpretações até que elas sejam capazes de espelhar o verdadeiro sentido dado pelo autor.

No entanto, nesse ensaio partiremos de uma posição diferente. Defende-se, aqui, uma legitimidade da pluralidade de interpretações, que não pode ser substituída por uma única interpretação. Nesse sentido, não pretendemos *descobrir* a real interpretação do Behaviorismo Radical, mas apenas construir uma dentre várias interpretações possíveis dessa filosofia da ciência do comportamento. Em termos mais técnicos, neste ensaio parti-

mos de uma hermenêutica filosófica, que, por considerar o texto aberto, admite a construção de diferentes sentidos válidos (Gadamer, 1994/1986).

O próprio Skinner (1957) parece filiar-se a esse tipo de hermenêutica quando nos últimos parágrafos do *Verbal Behavior* afirma:

> É uma conseqüência salutar desse ponto de vista aceitar o fato de que os pensamentos dos grandes homens nos são incessíveis hoje. Quando estudamos grandes obras, estudamos o efeito *sobre nós* dos registros que restaram do comportamento dos homens. É *nosso* comportamento com respeito a tais registros que observamos; nós estudamos *nosso* pensamento, não o deles (p. 452).

Portanto, o sentido dado pelo autor, já não pode ser captado *ipsis litteris* por quem interpreta seu texto. É por isso que dizemos, aqui, que o texto é aberto a diferentes interpretações, e o objetivo deste ensaio é construir uma dentre as muitas interpretações possíveis.

Compromissos filosóficos do Behaviorismo Radical: Visão-de-mundo relacional

Feita essa observação, podemos nos pronunciar sobre a interpretação dos compromissos filosóficos do Behaviorismo Radical adotada neste ensaio, sem a pretensão de estarmos propondo *a verdadeira* interpretação. Assumiremos, aqui, uma interpretação relacional do Behaviorismo Radical, que nos últimos anos tem ganhado força, sendo defendida por diferentes autores (Abib, 2004; Barnes-Holmes, 2005; Tourinho, 2006).

De maneira geral, uma concepção relacional defende a prioridade da relação sobre os elementos relacionados. A interpretação relacional mais comum do Behaviorismo Radical se dá entre eventos comportamentais e eventos ambientais, ou seja, entre respostas e estímulos (Tourinho, 2006). Diz-se, nesse sentido, que não há estímulo que não esteja relacionado com uma resposta, nem resposta que não esteja em relação funcional com um estímulo. Isso já coloca uma questão importante. Se analisarmos essa afirmação do ponto de vista ontológico, estaremos admitindo que não é possível falar de estímulo "fora" de uma relação comportamental. Esse posicionamento entra em conflito direto com uma interpretação realista, que defende a existência de um mundo físico (estímulos) independente de uma relação comportamental (Tonneau, 2005). Em outras palavras, enquanto o realismo lida com estímulos que independem do observador, o relacionismo defende que não é possível falar de estímulo "fora" de uma relação comportamental.

Mas há um nível de análise relacional ainda mais fundamental que pode ser empreendido no Behaviorismo Radical. Trata-se da relação entre organismo e ambiente. Nesse nível, admite-se que não há organismo que não esteja em relação com o ambiente, nem ambiente do qual não participe um organismo. Isso afasta ainda mais a possibilidade de defesa do realismo, que prioriza a existência do ambiente sobre o organismo. Não se trata, tampouco, de priorizar a existência do organismo. Em outras palavras, uma visão-de-mundo relacional impede tanto a defesa do realismo, quanto do solipsismo. Assim, não existe ambiente "vazio", nem organismo solitário.

Além disso, uma visão-de-mundo relacional aplicada à relação entre organismo e ambiente contrapõe-se diretamente a uma interpretação associacionista. Não há um momento inicial em que temos organismo de um lado e ambiente de outro, e um segundo momento em que eles são colocados em relação por algum princípio de associação. Desde o início estamos no interior da relação organismo-ambiente.

Primeira investida em direção a uma definição de comportamento: Relação organismo-ambiente

Assumindo, então, uma perspectiva relacional, é possível uma primeira definição de comportamento. Comportamento é relação entre organismo e ambiente, sem prioridade de existência dos elementos.

Essa definição ampla já dá conta da distinção entre a concepção de comportamento adotada pelo Behaviorismo watsoniano (Watson, 1919/1924) e pelo Behaviorismo Radical. No primeiro caso, adota-se uma concepção mecanicista-associacionista da relação entre organismo e ambiente: o ambiente é anterior ao organismo e, por isso, o força a se comportar. Já no Behaviorismo Radical, como não há prioridade dos elementos, o comportamento tem origem no interior da relação: nem no ambiente, nem no organismo.

No entanto, essa definição é ainda pouco específica para os objetivos de uma ciência do comportamento: não possibilita uma compreensão satisfatória do comportamento e, muito menos, previsão e controle. É preciso, portanto, investigar o "funcionamento" dessa relação. Ou seja, como se dá a dinâmica da relação organismo-ambiente.

Segunda investida em direção a uma definição de comportamento: Coordenação sensório-motora

Uma maneira de complementar a definição de comportamento como relação organismo-ambiente é perguntarmos por aquilo que há de comum em tudo o que Behaviorismo Radical chama de comportamento. Em outras palavras, por que a atividade de um organismo é considerada um comportamento, enquanto que o movimento de uma pedra rolando em um plano inclinado não é? O que há de comum na atividade de uma ameba que engloba um protozoário, e de um homem que resolve um problema de lógica, que faz com que chamemos os dois processos de comportamento?

Na tentativa de responder a essas perguntas podemos nos voltar para a construção de uma história do comportamento (Abib, 2007; Skinner, 1984/1987). Isso porque perguntando pela origem do comportamento talvez seja possível encontrar o que há de mais elementar nesse conceito. Segundo Skinner (1984/1987), "o primeiro comportamento foi presumivelmente simples movimento" (p. 65). Mas o que seria um "simples movimento"? Uma resposta pode ser encontrada na continuação dessa mesma citação: "então, presumivelmente, veio *sensing*[2]" (p. 66). Se *sensing* – entendido como suscetibilidade a estímulos – surgiu depois do movimento, isso quer dizer que o primeiro movimento (o "simples movimento") não era controlado por nenhum tipo de estimulação.

No entanto, isso coloca um problema. Admitindo a possibilidade de um comportamento que se resumia a movimento "puro", sem qualquer suscetibilidade ao ambiente, como seria possível para esse organismo sobreviver sem a capacidade de "perceber", de algum modo, estímulos nocivos ou partículas nutritivas? Voltando à citação de Skinner (1984/1987): "o primeiro comportamento foi presumivelmente simples movimento – como aquele da ameba avançando para um novo território e aumentando, então, suas chances de *encontrar* materiais necessários para a sua sobrevivência" (pp. 65-66, grifo meu). Como seria possível para essa ameba *encontrar* os materiais necessários, se seu comportamento não inclui qualquer tipo de *sensing*?

Voltemo-nos, por um momento, para a Biologia em busca de uma descrição mais detalhada do exemplo de uma ameba que se depara com um protozoário e o engloba:

> A presença do protozoário gera uma concentração de substâncias no meio que são capazes de *interagir* com a membrana da ameba, desencadeando mudanças de consistência protoplasmáticas que resultam na formação de um pseudópodo. Este, por sua vez, produz alterações na posição do animal, que se desloca, modificando assim a quantidade de moléculas do meio que interagem com sua membrana (Maturana & Varela, 1987/2002, p. 164, grifo meu).

Esse exemplo mostra que em uma das atividades mais elementares do organismo, a nutrição, um tipo de *sensing*, mesmo que primitivo, já desempenha um papel fundamental. Se o movimento fosse realmente simples

[2] O termo *sensing* foi mantido em inglês devido a problemas que traduções, como "sentir" ou "sensação", podem trazer. O sentido mais próximo do buscado, nesse ensaio, é o de "suscetibilidade ao ambiente".

(na ausência de *sensing*), do ponto de vista do organismo, não haveria concentração diferencial do meio, o que equivale a dizer que sem *sensing* o ambiente é sempre homogêneo, ou ainda que o organismo age de maneira indiferente ao ambiente. Em suma, quando comportamento é definido como movimento sem *sensing*, a relação organismo-ambiente é violada, e temos que lidar com um organismo isolado do ambiente (solipsismo) e com um ambiente que não é alterado pelo organismo (realismo).

Parece razoável admitir, então, que qualquer ocorrência anterior à inter-relação entre movimento e *sensing*, tal como descrita no exemplo acima, não pode ser chamada de comportamento. Do ponto de vista da origem do comportamento, devemos, portanto, iniciar nossa história com uma *coordenação sensório-motora*.

Nesse ponto é possível retomar nosso posicionamento relacional. O início da história do comportamento não é nem movimento, nem *sensing*, mas uma coordenação sensório-motora. Portanto, o que há de mais elementar em um comportamento é a coordenação sensório-motora. Isso vale tanto para o primeiro comportamento, como para o complexo comportamento humano.

No caso de organismos mais simples, a coordenação sensório-motora é mais fácil de ser admitida, pois uma mesma estrutura (a membrana) é responsável tanto pelo movimento, quanto pelo *sensing*. Já no caso do comportamento humano, a dificuldade em assumirmos a presença da coordenação sensório-motora deve-se, possivelmente, ao fato de encontrarmos, nesse caso, órgãos motores e órgãos sensoriais especializados. No entanto, é preciso ressaltar que uma das funções primordiais do sistema nervoso é manter a coordenação entre esses sistemas especializados (Maturana & Varela, 1987/2002). Aliás, é justamente o reconhecimento dessa função o que nos afasta do modelo de sistema nervoso defendido pela teoria do arco-reflexo: o sistema nervoso não é a mera *ligação* entre nervos aferente e eferente, mas é o responsável pela *integração* dos sistemas motor e sensorial. Com isso, ao invés de arco, temos uma unidade sensório-motora (Dewey, 1896/1981).

Desse modo, torna-se, agora, compreensível por que não podemos chamar o movimento de uma pedra de comportamento: porque não há aí coordenação sensório-motora. Da mesma forma, a presença de uma coordenação sensório-motora autoriza que chamemos de comportamento tanto a atividade de uma ameba, que emite pseudópodos e engloba uma partícula, quanto a de um ser humano que resolve um problema de lógica.

Terceira investida em direção a uma definição de comportamento: Fluxo comportamental

Embora a participação da coordenação sensório-motora na definição de comportamento aumente nossa compreensão da natureza da relação organismo-ambiente, isso ainda não nos fornece um modelo de comportamento satisfatório para os objetivos da Análise do Comportamento.

Além disso, há um aspecto que não foi explicitamente mencionado e que merece destaque. A natureza sensório-motora da relação organismo-ambiente nos faz concluir que o comportamento é dinâmico. Ou seja, não se trata de uma relação estática, mas de uma relação mutável. Nas palavras de Skinner (1953):

> O comportamento é um assunto difícil, não porque é inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente, e, por essa razão, demanda grande exigência técnica da engenhosidade e energia do cientista (p. 15).

Dessa forma, considerando que o *modus operandi* da coordenação sensório-motora é fluidez, o ponto de partida em uma Análise do Comportamento é um fluxo comportamental. Com isso, o primeiro desafio que se impõe para essa ciência é estabelecer uma maneira de analisar esse fluxo, de modo que se torne possível prever e, eventualmente mudar, sua direção.

Portanto, para alcançar seus objetivos, a Análise do Comportamento impõe "recortes" sobre a natureza contínua do comportamento. Em outras palavras, ao analisar o fluxo comportamental a Análise do Comportamento altera o próprio fluxo. Dessa maneira, o fluxo comportamental *analisado* não é exatamente o mesmo fluxo inicial, mas uma reconstrução pragmaticamente orientada. Essa constatação parece também ser defendida por Skinner (1953): "O comportamento é a atividade contínua e coerente de um organismo integral. Embora, para propósitos teóricos e práticos, ele possa ser analisado em partes, devemos reconhecer sua natureza contínua de modo a resolver certos problemas comuns" (p. 116).

Resta, então, investigar como a Análise do Comportamento opera esses "recortes" do fluxo comportamental. Ou ainda, quais são os elementos do fluxo comportamental analisado. Nesse sentido, é preciso estabelecer a definição e articulação dos conceitos empregados durante uma análise científica do fluxo comportamental baseada no Behaviorismo Radical.

Quarta investida em direção a uma definição de comportamento: Relação entre eventos, estados e processos

De maneira geral, o itinerário de uma análise do fluxo comportamental pode ser descrito como o estabelecimento de um recorte inteligível, criando, assim, unidades de análise das quais seja possível partir em direção à "construção" de um fluxo comportamental analisado.

Evento comportamental

É possível defender que a unidade de análise mais elementar no Behaviorismo Radical seja os eventos comportamentais ou, em termos mais familiares, as respostas (Burgos, 2004). No entanto, como estamos adotando, aqui, uma perspectiva relacional, não podemos partir de eventos comportamentais isolados, mas de relações comportamentais (Tourinho, 2006). Nesse sentido, o primeiro "recorte" operado pela Análise do Comportamento constrói um episódio comportamental, entendido como uma relação entre eventos comportamentais (respostas) e eventos ambientais (estímulos).

Nesse sentido, é a partir da descrição de um episódio comportamental que se torna possível estabelecer a relação entre topografia e função de um evento comportamental. A topografia de uma resposta pode ser entendida como o produto da atividade motora de um organismo em um dado momento. Enquanto que a função de uma resposta é o *sentido* atribuído a esses movimentos. Dessa forma, a função de uma resposta é dada pela unidade da atividade motora do organismo em relação ao ambiente.

Entretanto, uma vez que partimos de uma coordenação sensório-motora, não podemos mais admitir uma separação fundamental entre topografia e função. Não se trata, portanto, de atribuir uma função a uma topografia, mas de propor uma relação topografia-função. Desse modo, estamos, novamente, diante do relacionismo: não há topografia sem função, nem função sem topografia. No entanto, isso não quer dizer que toda proposta de relação topografia-função é correta. Na Análise do Comportamento não estamos *espelhando* o funcionamento do comportamento, mas impondo recortes úteis sobre o fluxo comportamental. Em outras palavras, a adoção de um relacionismo na Análise do Comportamento é epistemológica e, embora, se conjugue com a defesa de uma ontologia relacional, não pode ser identificada com ela. Em suma, o relacionismo não autoriza a defesa de que os "recortes" propostos pela Análise do Comportamento são os únicos possíveis.

Nesse ponto, já é possível perceber que uma definição de comportamento não pode ser satisfatoriamente dada apenas em termos de eventos. No entanto, a prioridade analítica dos eventos comportamentais pode levar a uma eventual confusão entre resposta e comportamento. Esse deslize parece ser co-

metido pelo próprio Skinner (1969), quando ao falar da relação entre eventos diz que "não olhamos (...) para *comportamento* e ambiente como coisas ou eventos separados, mas para as inter-relações entre eles. Olhamos para as contingências de reforçamento" (p. 10, grifo meu). Nessa citação, se o termo *comportamento* fosse substituído por *resposta*, certos constrangimentos seriam evitados. Afinal, o enunciado de que há uma relação entre comportamento e ambiente, parece excluir o ambiente da definição de comportamento e, conseqüentemente, romper a relação organismo-ambiente.

Essa correção terminológica parece razoável quando consideramos um trecho encontrado no mesmo livro, algumas páginas antes da citação anterior:

> Uma formulação adequada do intercâmbio entre o organismo e seu ambiente sempre deve especificar três coisas: 1) a ocasião em que a resposta ocorre; 2) a própria resposta; 3) as conseqüências reforçadoras. A inter-relação entre elas constitui as 'contingências de reforço' (Skinner, 1969, p. 7).

Ora, se as contingências são a inter-relação de três coisas que devemos especificar na descrição da relação organismo-ambiente, quando olhamos para as contingências, olhamos para a relação entre eventos comportamentais (respostas) e eventos ambientais (estímulos).

Por outro lado, em uma definição de comportamento não basta considerar a relação entre eventos comportamentais e ambientais. Isso porque um episódio comportamental é apenas um "recorte" do fluxo comportamental. Além disso, não basta ligar diferentes episódios comportamentais, *à la* associacionismo, pois isso nos distanciaria tanto do relacionismo, quanto da natureza fluida do comportamento. É preciso, portanto, encontrar uma maneira de restituir o fluxo comportamental.

Nesse sentido, a despeito de sua importância, a descrição de episódios comportamentais é apenas um passo preliminar na Análise do Comportamento. Conseqüentemente, não parece legítimo reduzir comportamento a episódio comportamental e, menos ainda, a evento comportamental. Em suma, os eventos comportamentais embora necessários, não são suficientes para uma definição de comportamento.

Estado comportamental

Se, em alguns momentos, Skinner (1969) parece empregar o termo *comportamento* como sinônimo de evento comportamental, em outros, ele afirma categoricamente que comportamento não é uma resposta:

> Uma instância singular na qual um pombo eleva sua cabeça é uma *resposta*. Ela é uma porção da história que pode ser relatada em qualquer sistema de referência que desejarmos usar. O *comportamento* chamado 'levantar a cabeça', independentemente de quando instâncias específicas ocorrem, é um *operante* (Skinner, 1953, p. 65, grifos meus).

Com essa citação fica evidente que operante é diferente de resposta. Mas afinal o que é, então, um operante? O conceito de operante, geralmente, está ligado aos objetivos de previsão e controle defendidos pela ciência do comportamento skinneriana (cf. Skinner, 1953, 1957, 1969). São justamente esses objetivos que parecem ser os responsáveis pela definição de operante como classe de respostas:

> Uma resposta que já ocorreu não pode, é claro, ser prevista ou controlada. Nós podemos prever apenas que respostas *similares* ocorrerão no futuro. Portanto, a unidade de uma ciência preditiva não é uma resposta, mas uma classe de respostas. A palavra 'operante' será usada para descrever essa classe (Skinner, 1953, pp. 64-65).

Essa mesma preocupação com o estabelecimento de uma ciência preditiva, conduz Skinner (1957) a afirmar que "nosso dado básico não é a ocorrência de uma dada resposta enquanto tal, mas a *probabilidade* de que ela ocorrerá em um dado momento" (p. 22, grifo meu). Dessa forma, o conceito de operante acaba aproximando-se do de probabilidade, pois quando dizemos que determinado ope-

rante participa do repertório de alguém, estamos afirmando simplesmente que essa pessoa tem uma alta probabilidade de se comportar de uma determinada maneira. Nas palavras de Skinner (1974): "É freqüentemente útil falar de um repertório de comportamento, que, tal como o repertório de um músico ou de um grupo musical, é aquilo que uma pessoa ou um grupo é capaz de fazer, dado certas circunstâncias" (p.138).

Essa ligação entre operante e probabilidade parece aproximar o operante de um conceito disposicional (Lopes, 2003, 2004; Ribes-Iñesta, 2004). A lógica dos conceitos disposicionais, proposta por Ryle (1949/1980), defende que um conceito deve ser considerado como disposicional quando descreve uma tendência ou probabilidade, ao invés de uma ocorrência ou evento. Ora, não é justamente isso que faz o conceito de operante? Quando afirmamos que uma pessoa sabe tocar piano, no sentido de que tem em seu repertório o operante "tocar piano", isso não quer dizer que essa pessoa esteja tocando agora; mas que eventualmente toca, ou quando é preciso o faz. Dando a palavra a Skinner (1957):

> Para muitos propósitos, 'operante' é intercambiável com a tradicional 'resposta', mas os termos nos permitem fazer a distinção entre uma *instância* do comportamento ('fulano fumou um cigarro entre 2:00h. e 2:10h. da tarde de ontem'), e um *tipo* de comportamento ('fumar cigarros'). O termo resposta é freqüentemente usado para ambos, embora não capture facilmente o segundo significado (p. 20).

O *estado comportamental* surge no contexto da descrição dos operantes ou probabilidades presentes em um repertório. Um estado comportamental descreve tanto uma regularidade no responder, quanto uma tendência de ocorrência de episódios comportamentais (a emissão de eventos comportamentais relacionados a eventos ambientais específicos). Dessa maneira, o estado comportamental embora se relacione com os eventos comportamentais, em momento algum se confunde com eles. (Confundir estado com evento equivale a dizer que a probabilidade de emissão de uma resposta é a própria resposta[3].)

Algumas peculiaridades dos estados comportamentais merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, a relação entre resposta e probabilidade é descrita dizendo-se que um evento comportamental *atualiza* (Lopes, 2003) ou *exemplifica* (Burgos, 2004) um estado. Isso quer dizer que só podemos falar de estado partindo da ocorrência de eventos. Nas palavras de Skinner (1969): "são sempre as instâncias que são contadas ao se determinar a freqüência, e é dessa freqüência que a probabilidade de uma *resposta* é inferida" (Skinner, 1969, p. 131). Dessa forma, o estado comportamental é abstraído da ocorrência de eventos comportamentais.

Para mantermo-nos fiel ao relacionismo, temos que considerar a obrigatoriedade dessa relação de atualização entre eventos e estados. Em outras palavras, não há estado comportamental que não seja, em algum momento, atualizado por eventos comportamentais, nem evento que não seja atualização de algum estado. Com isso, começamos a restituir o caráter fluido do comportamento: quando olhamos para o comportamento não vemos uma mera sucessão de eventos discretos, mas uma regularidade explicada pela atualização de estados.

Uma segunda característica dos estados comportamentais é o interessante fato de que "nunca observamos uma probabilidade enquanto tal" (Skinner, 1953, p. 62). Isso porque esse tipo de classificação (observável ou inobservável) não pertence à lógica dos estados, mas à dos eventos ou ocorrências (Ryle, 1949/1980). No entanto, isso não quer dizer que um estado seja *algo* que existe por detrás dos eventos observados e, muito menos, que seja a *causa* desses eventos (Lopes, 2003). Os estados são conceitos construídos com o intuito de *explicar* e, principalmente, prever o comportamento.

Isso nos remete, novamente, aos objetivos da Análise do Comportamento. Seguindo a presente proposta podemos dizer que a

3 Esse tipo de confusão é chamado por Ryle (1949/1980) de *erro categorial*, pois consiste em uma categorização equivocada de um conceito.

Análise do Comportamento visa o estabelecimento e manutenção de alguns estados comportamentais, bem como a enfraquecimento de outros. Em suma, o analista do comportamento não está interessado em ocorrências únicas, mas nas regularidades do responder, o que é explicado pelos estados. Nas palavras de Skinner (1953) "Não importa quão acurada ou quantitativa possa ser, a descrição de um caso particular é apenas um passo preliminar. O próximo passo é a descoberta de algum tipo de uniformidade" (Skinner, 1953, p. 15). Além disso, interessando-se por estados comportamentais, o analista do comportamento é capaz tanto de explicar a emissão de respostas atuais, quanto de prever a emissão de respostas futuras.

Processo comportamental

Se parássemos aqui nossa análise do fluxo comportamental, ainda não seríamos capazes de lidar com o aspecto dinâmico do comportamento. Em outras palavras, temos que incluir, em nossa análise, um terceiro elemento que dê conta da mudança e manutenção do comportamento no tempo. Além disso, se a análise do comportamento está interessada nos estados comportamentais, é preciso saber como construir, manter ou enfraquecer esses estados. Isso nos remete à análise dos *processos comportamentais*.

Segundo Skinner (1969), a formulação adequada da relação organismo-ambiente é especificada pela contingência, que dita a organização da relação entre eventos ambientais e eventos comportamentais. Isso quer dizer que a contingência é uma "ferramenta" que possibilita a compreensão e modificação do comportamento. Portanto, quando o analista do comportamento olha para o fluxo comportamental ele vê uma relação entre estímulos antecedentes, resposta e conseqüências.

Nesse ponto, é preciso fazer uma ressalva. Como estamos buscando uma definição de comportamento, que deve ser "maior" que o conceito de comportamento operante, não podemos nos deter na análise das contingências de reforço. Devemos, portanto, continuar a admitir que a contingência tríplice é o modo de organização da relação entre eventos comportamentais e ambientais na Análise do Comportamento, desde que ela não seja identificada com a contingência de reforço. Assim, quando falamos de processos comportamentais estamos falando de contingências, que embora incluam contingências de reforço, não se reduzem a elas.

Sendo assim, os eventos que participam de um comportamento (independente de se tratar de um operante, liberado ou reflexo) se organizam na forma "estímulo-resposta-conseqüência". No caso do operante, por exemplo, é a contingência de reforço quem dita o modo como os eventos se relacionam – uma resposta é emitida na presença de estímulos e produz alterações no campo estimulacional (remove estímulos presentes ou produz novos estímulos). Além de ditar a forma de organização entre eventos, as contingências, ou processos comportamentais, são uma espécie de "ponte" entre eventos e estados comportamentais, indicando de que modo podemos partir de eventos para construir estados.

Continuando com o exemplo de um comportamento do tipo "operante", temos que: a ocorrência de uma resposta produz uma conseqüência que, por sua vez, afeta a ocorrência de novas respostas – seria insensato dizer que essa conseqüência afeta a ocorrência da resposta que a produziu, pois essa já não existe mais e, portanto, não pode mais ser afetada. O que se altera é a *probabilidade* de ocorrência de novas respostas; não de quaisquer respostas, mas de respostas que guardam *alguma semelhança* com a primeira resposta (Skinner, 1953, 1957, 1969). Dessa maneira, os processos comportamentais agem sobre os estados comportamentais. Seguindo esse *processo*, se à emissão de respostas semelhantes seguem-se conseqüências reforçadoras semelhantes, no final teremos a constituição de uma classe de respostas, de um novo *estado comportamental operante*.

A identificação entre contingências e

processos comportamentais leva em consideração o caráter temporal, dinâmico ou processual das contingências, impedindo que sejam interpretadas como sinônimo de mero procedimento. Podemos encontrar algum apoio para esse fato no próprio texto skinneriano, quando define os processos comportamentais como "mudanças no comportamento" (Skinner, 1968, p. 120) citando como exemplos "aprendizagem, discriminação generalização e abstração" (p. 120) e, em outro momento, chamando esses mesmos exemplos de "algumas contingências de reforço" (Skinner, 1969, p. 23, nota 1.1).

O risco de se confundir processos comportamentais com comportamento é bem menor do que no caso de eventos e estados comportamentais. O próprio Skinner (1968) salienta a impossibilidade de considerarmos processos como comportamentos: "esses [processos comportamentais] *não são comportamentos*, mas mudanças no comportamento" (p. 120, grifos meus). No entanto, defender que não há identificação entre processos comportamentais e comportamento não exclui a possibilidade de que haja relação entre eles. É justamente esta a nossa hipótese: que os processos comportamentais devem participar da definição de comportamento.

A justificativa para incluirmos os processos comportamentais na definição de comportamento é que, com isso, introduzimos o caráter dinâmico do comportamento já em sua definição. Em outras palavras, é parte da definição de comportamento estar em constante mudança e isso pode ser analisado por meio dos processos comportamentais.

Além disso, vale lembrar que, quando Skinner (1969) compara o Behaviorismo Radical com outros "Behaviorismos" coloca a distinção na terceira variável encontrada na fórmula que descreve a relação entre estímulos e resposta: R = f (S, A). Para o Behaviorismo Radical a terceira variável (A) é justamente a contingência de reforçamento, o que o afasta de Sherrington, Tolman, e Hull. É importante notar que todos esses autores atribuem à terceira variável uma natureza não-comportamental (fisiológica ou mental). Ora, o diferencial do Behaviorismo Radical não seria, então, considerar a terceira variável como de natureza comportamental? Isso não é justamente incluir a contingência no conceito de comportamento?

Portanto, independente do tipo de comportamento (operante, liberado ou reflexo) parece que sempre temos uma estrutura constituída pela relação entre eventos, estados e processos comportamentais. As diferenças entre os tipos de comportamento se devem à temporalidade, o que nos remete às contingências envolvidas na gênese de cada estado comportamental. Dessa maneira, nos comportamentos liberado e reflexo temos a participação de contingências de sobrevivência e, por isso, a princípio[4], encontramos estados de origem filogenética. Já no caso do comportamento operante, as contingências são de reforçamento, responsáveis por estados ontogenéticos.

O que é comportamento afinal?

Retomemos, então, nosso problema inicial. Estamos, com esse ensaio, tentando encontrar uma definição de comportamento compatível com o Behaviorismo Radical. Qual é, então, nosso saldo até aqui? Em uma palavra, comportamento é *relação organismo-ambiente*. Evidentemente, isso diz pouco enquanto não especificarmos como é o "funcionamento" dessa relação. Isso pode ser alcançado em dois momentos. Em primeiro lugar, essa relação é uma coordenação sensório-motora, de modo que no comportamento não é possível separar movimento de *sensing*. Essa nossa definição de comportamento é *relacional*, ou seja, não privilegia nem organismo, nem ambiente, mas a relação entre eles. A relação entre funções motoras e sensoriais "pertence" ao organismo na exata medida em que depende dele – é sempre um organismo que se comporta –, mas não *está* no organismo, pois isso implicaria em afirmar que o organismo

4 Dizemos que temos um estado filogenético a princípio por que por meio do condicionamento respondente são criados estados reflexos ontogenéticos.

é anterior à relação comportamental. Por outro lado, a relação também "pertence" ao ambiente, pois as atividades motora e sensorial modificam e são modificadas pelo ambiente. Enquanto a história do comportamento nos ensina que, do ponto de vista evolutivo, não há prioridade entre as atividades motora e sensorial de um organismo, a perspectiva relacional reforça essa concepção, dizendo que a relação entre essas atividades é indissociável e "anterior" tanto ao organismo, quanto ao ambiente.

Portanto, no Behaviorismo Radical comportamento é relação entre organismo e ambiente, sem prioridade de existência nem do ambiente, nem do organismo – há uma *simultaneidade*. Dessa forma, não faz sentido perguntar pelo que existia antes dessa relação, uma vez que tal pergunta parece partir de aceitação de uma posição neutra do observador em relação ao que é observado. Seria o mesmo que defender a possibilidade de sair do próprio comportamento para então observar.

Em segundo lugar, ao admitirmos que essa coordenação sensório-motora é dinâmica, encontramos o comportamento como um fluxo comportamental. Esse fluxo pode ser analisado em eventos comportamentais (respostas), eventos ambientais (estímulos), estados comportamentais (probabilidades ou disposições) e processos comportamentais (contingências). Dessa forma, eventos, estados e processos, podem ser considerados como diferentes níveis de análise da dinâmica da relação de coordenação sensório-motora do organismo com o ambiente.

É possível identificar uma inter-relação entre eventos, estados e processos: os *eventos comportamentais* (respostas) estão em relação com *eventos ambientais* (estímulos), de um modo organizado. Quando consideramos o fator temporal dessa relação, concluímos que o padrão de organização dos eventos, no tempo é responsável pela criação, manutenção e mudança de *estados comportamentais*. Dessa forma, os *processos comportamentais* ou contingências são responsáveis por "regularidades funcionais" entre as muitas respostas emitidas por um organismo. A observação desse padrão no responder (freqüência) nos conduz aos estados comportamentais (probabilidades). Dessa forma, por meio da manipulação de processos comportamentais (via eventos ambientais) podemos construir (ou enfraquecer) estados comportamentais, além de prever e controlar a ocorrência de novos eventos comportamentais.

Se, por um lado, a interdependência entre eventos, estados e processos aponta para a impossibilidade de considerarmos qualquer um desses elementos como *a* definição de comportamento, por outro, é justamente essa relação obrigatória e recíproca que acaba por nos aproximar de um conceito de comportamento. Em outras palavras, podemos dizer que, no Behaviorismo Radical, uma *relação de interdependência* é o que caracteriza o comportamento. Essa peculiaridade do comportamento nos remete a uma definição inteiramente relacional.

Comportamento é, portanto, relação organismo-ambiente, que pode ser entendida do ponto de vista de sua dinâmica como uma coordenação sensório-motora, e do ponto de vista da Análise do Comportamento como uma relação de interdependência entre eventos ambientais, eventos comportamentais, estados comportamentais e processos comportamentais.

Referências Bibliográficas

Abib, J. A. D. (2001). Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scozs. (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 8, pp. 140-142. Santo André: ESETec.

Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. da Silva e S. M. Oliane (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 13, pp. 52-61. Santo André: ESETec.

Abib, J. A. D. (2007). *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. Santo André: ESETec.

Barnes-Holmes, D. (2005). Behavioral pragmatism is a-ontological, not antirealist: A reply to Tonneau. *Behavior and Philosophy*, *33*, 67-79.

Burgos, J. E. (2004). Un sustento más eficaz para el estudio de la conducta en sí misma. *Acta Comportamentalia*, *12* (monográfico), 107-126.

Creel, R. (1980). Radical epiphenomenalism: B. F. Skinner's account of private events. *Behaviorism*, *8*, 31-53.

de Rose, J. C. C. (1997). O que é comportamento? Em R. A. Banaco (org.) *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 1, pp. 79-81. Santo André: ARBytes.

Dewey, J. (1981). The reflex arc concept in psychology. Em J. J. McDermott (org.) *The philosophy of John Dewey*. Chicago: The University of Chicago Press. (originalmente publicado em 1896).

Flanagan Jr. O, J. (1980). Skinnerian metaphysics and the problem of operationism. *Behaviorism*, *8*, 1-13.

Gadamer, H-G. (1994). *Verdad y método II*. Tradução de M. Olasagasti. Salamanca: Ediciones Sígueme. (trabalho original publicado em 1986).

Hayes, S. C. & Hayes, L. J. (1992). Some clinical implication of contextualistic behaviorism: The example of cognition. *Behavior Therapy*, *23*, 225-249.

Kitchener, R. F. (1977). Behavior and behaviorism. *Behaviorism*, *5*, 11-71.

Lopes, C. E. (2003). Conceitos disposicionais no Behaviorismo Radical e a mente imanente. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva e S. M. Oliane (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 11, pp. 82-88. Santo André: ESETec.

Lopes, C. E. (2004). Comportamento e disposição. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. da Silva e S. M. Oliane (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 13, pp. 39-43. Santo André: ESETec.

Malone, J. C. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: a response to Leigland. *Behavior and Philosophy*, *32*, 313-315.

Maturana, H. R. & Varela, F. J. (2002). *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Tradução de H. Marioti & L. Diskin. São Paulo: Palas Athena. (trabalho original publicado em 1984).

Morris, E. K. (1988). Contextualism: the world view of Behavior Analysis. *Journal of Experimental Child Psychology*, *46*, 289-323.

Morris, E. K. (1993). Mechanism and contextualism in behavior analysis: just some observations. *The Behavior Analyst*, *16*, 255-268.

Overton, W. F. (1984). World views and their influence on psychological theory and research: Kuhn-Lakatos-Laudan. *Advances in Child Development and Behavior*, *18*, 191-226.

Ribes-Iñesta, E. (2004). Behavior is abstraction, not ostension: Conceptual and historical remarks on the nature of psychology. *Behavior and Philosophy*, *32*, 55-68.

Ryle, G. (1980). *The concept of mind*. New York: Penguin Books (originalmente publicado em 1949).

Santo Agostinho (1980). Confissões, Livro XI – O Homem e o tempo. Tradução de J. O. Santos & A. A. de Pina. Em V. Civita (org.) *Os pensadores*, pp. 207-231. São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original de 397-398).

Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. New York: McMillan.

Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.
Skinner, B. F. (1968). *The Technology of Teaching*. New York: Appleton-Century-Crofts.
Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of Reinforcement: a theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
Skinner, B. F. (1974). *About Behaviorism*. New York: Appleton-Century-Crofts.
Skinner, B. F. (1987). The Evolution of Behavior. Em B. F. Skinner (org.), *Upon Further Reflection*, pp. 65-74. New Jersey: Prentice-Hall (Originalmente publicado em 1984).
Todorov, J. C. (1989). Psicologia como um estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *5*(3), 247-356.
Tonneau, F. (2005). Antirealist arguments in behavior analysis. *Behavior and Philosophy*, *33*, 55-65.
Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da psicologia: Algumas implicações. *Interação em Psicologia*, *10*, 1-8.
Watson, J. B. (1924). *Psychology from the Standpoint of a Behaviorist*. Philadelphia: J. B. Lippincott. (originalmente publicado em 1919).

Recebido em: 23/11/2007
Primeira decisão editorial em: 16/12/2007
Versão final em: 04/05/2008
Aceito para publicação em: 31/05/2008